

**CONTRATO
DE
TRANSIÇÃO,
FIRMADO
ENTRE
SUAPE -
COMPLEXO
INDUSTRIAL
PORTUÁRIO
GOVERNADOR
ERALDO
GUEIROS, E
A WINDROSE
SERVIÇOS
MARÍTIMOS
LTDA, NA
FORMA
ABAIXO:**

Pelo presente instrumento particular que entre si fazem, de um lado na qualidade de CONTRATANTE, **SUAPE - COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOVERNADOR ERALDO GUEIROS**, empresa pública estadual, criada pela Lei Estadual nº 7.763, de 07 de novembro de 1978, constituída pelo Decreto nº 47.130/2019, e alterações posteriores, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.448.933/0001-62, sediada no Engenho Massangana, Km.10, Rodovia PE-60, no município de Ipojuca, Estado de Pernambuco, a seguir designada abreviadamente de SUAPE, representada neste ato por seu Diretor Presidente, **Sr. ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO BISNETO**, brasileiro, casado, bacharel em direito e em ciências contábeis, inscrito no CPF sob o nº XXX.732.194-XX, e por seu Diretor de Gestão Portuária, o **Sr. RINALDO TOLENTINO TAVARES DE LIRA**, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.092.644-XX, ambos residentes e domiciliados na cidade do Recife/PE, e do outro lado, na qualidade de CONTRATADA, como será designada a seguir **WINDROSE SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 10.646.750/0001-99, sediada na ESTRADA TDR NORTE, 7481, GALPÃO A, DISTRITO INDUSTRIAL DE SUAPE, neste ato representada por seu Sócio Administrador, **Sr. EDSON JOSÉ GOMES DA FONSECA**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade RG nº 1260507 SSP-PE, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.514.684-XX, residente e domiciliado na cidade do Recife/PE, face aos poderes outorgados na forma do seu Estatuto Social, e suas alterações, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de PE, têm justo e acordado o presente **CONTRATO DE TRANSIÇÃO**, com fundamento no art. 37 e seguintes da Resolução Normativa nº 127-ANTAQ, de 08 de abril de 2025, o qual sujeita as partes às normas disciplinares contida na Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013, na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2018, na Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, nos demais atos normativos de regência, e ainda, mediante as seguintes condições:

- I. Considerando a autorização proferida pela ANTAQ nos autos do processo nº 50300.023840/2021-77;
- II. Considerando a necessidade de se celebrar este Contrato de Transição, a fim de evitar prejuízo econômico, financeiro e social em razão da descontinuidade da prestação dos serviços portuários, enquanto não ultimado o procedimento licitatório da área em questão;
- III. Considerando o resultado do Processo Seletivo instaurado por SUAPE;
- IV. Considerando o disposto no art. 37 e seguintes da Resolução Normativa nº 127-ANTAQ, de 08 de abril de 2025, e suas alterações;
- V. Resolvem as Partes celebrar o presente Contrato de Transição, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

Constitui objeto do presente Instrumento a exploração de uma área, afeta à operação portuária, com 20.000,00 m² (vinte mil metros quadrados) localizada na Zona Industrial Portuária de Suape, de propriedade de SUAPE, situada no Município de Ipojuca (PE), na conformidade dos marcos constantes no Memorial Descritivo e Plantas, que integram o presente contrato, que se destina a utilização, em caráter transitório, nos termos previstos neste instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A instalação portuária referida no caput encontra-se dentro da área do Porto Organizado de Suape, sob administração de SUAPE, correspondentes a 20.000,00 m² (vinte mil metros quadrados), destinada **a exploração de um terminal de movimentação e armazenagem de contêineres vazios**, conforme indicações e delimitações constantes da Planta de Localização da Instalação Portuária, que passa a integrar o presente instrumento como seu Anexo I.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A instalação portuária indicada no parágrafo primeiro desta cláusula primeira deverá ser conservada e explorada pela ARRENDATÁRIA para a **movimentação e armazenagem de contêineres vazios** pelo período de vigência deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEFINIÇÕES

São adotadas as siglas, expressões e termos que terão o significado que a seguir lhes é apontado, sem prejuízo de outras inseridas neste Instrumento, seus ANEXOS ou, ainda, na legislação aplicável:

- a)** ANTAQ: a Agência Nacional dos Transportes Aquaviários;
- b)** Área do Porto: a área do Porto Organizado de Suape, onde estão localizadas as instalações portuárias, quais sejam, docas, cais, pontes e píeres de atracação e acostagem, terrenos, armazéns, edificações e vias de circulação interna, assim como infraestrutura de acesso aquaviário ao Porto, margem do rio e adjacências, canais, bacias de evolução e áreas de fundeio mantidas por SUAPE, conforme Decreto Federal s/n de 25 de maio de 2011;
- c)** CONTRATADA: a Entidade que celebra este Instrumento com a Administração do Porto;
- d)** Autoridade Portuária ou Administração do Porto: SUAPE – COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOVERNADOR ERALDO GUEIROS que administra o Porto de Suape;
- e)** UNIÃO: a União Federal;
- f)** Obras: o conjunto das obras construídas na área contratada;
- g)** OGMO: o Órgão Gestor de Mão-de-Obra do trabalho portuário;
- h)** Operação Portuária: a movimentação e armazenagem de mercadorias, destinadas ou provenientes de tráfego aquaviário;
- i)** Operadora Portuária: a Empresa pré-qualificada para execução da Operação Portuária;
- j)** Poder Delegante: a UNIÃO, por intermédio da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários – SNPTA;
- k)** Poder Regulamentador: o poder inerente a determinadas autoridades de expedir os regulamentos do Porto Organizado, na forma e nos limites previstos em lei;
- l)** Projeto: o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a instalação portuária e sua conformidade com as condições e especificações estabelecidas neste Instrumento e em seus ANEXOS, assim como nas normas técnicas aplicáveis;
- m)** SNPTA: Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários subordinada ao Ministérios da Infraestrutura;
- n)** Terminal: o conjunto das instalações portuárias implantada na área objeto deste contrato;
- o)** Valor do contrato: o valor das remunerações mensal pela exploração da área multiplicado pelo número de meses do referido contrato;
- p)** Movimentação Mínima Exigida: movimentação exigida, nos termos das tabelas constantes da Subcláusula II da Cláusula Quinta;
- q)** Termo de Arrolamento: Documento assinado pelas partes que transfere à ARRENDATÁRIA a posse dos bens constantes do ANEXO II, os quais serão devolvidos na extinção deste Contrato, cujo modelo é o ANEXO III do presente Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ANEXOS DO CONTRATO

Integram este Instrumento os seguintes ANEXOS:

- ANEXO I: Planta de Localização da Instalação Portuária;
- ANEXO II: Relação dos Bens Integrantes da Instalação Portuária;
- ANEXO III: Termo de Arrolamento;
- ANEXO IV: Dispositivo anticorrupção;
- ANEXO V: Disposições Gerais de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais.

CLÁUSULA QUARTA - DOS OBJETIVOS DO CONTRATO

Os objetivos do contrato são os previstos neste Instrumento e devem ser alcançados, sem prejuízo de disposições específicas mediante o cumprimento do estabelecido e respeitadas as condições previstas na proposta oferta pela ARRENDATÁRIA.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

Por força do presente Instrumento, a ARRENDATÁRIA pagará à SUAPE, a partir da data de vigência deste Instrumento Contratual, os preços a seguir estipulados:

I – pela exploração da instalação portuária, parcelas mensais, nos seguintes moldes:

uma parcela fixa de **R\$ 34.500,00** (trinta e quatro mil e quinhentos reais) de área contratada, valor a ser pago mensalmente no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a entrega da fatura por SUAPE à ARRENDATÁRIA, totalizando o montante contratual de **R\$ 414.000,00** (quatrocentos e quatorze mil reais).

II – adicionalmente ao montante previsto no inciso I da cláusula quinta, a Arrendatária deverá assumir como obrigação contratual, durante todo o prazo do arrendamento, os quantitativos mínimos de movimentação anual de 560 (quinhentos) toneladas ano.

a) Para a verificação anual do atendimento à Movimentação Mínima Exigida, serão contabilizadas toda movimentação realizada, independentemente do modal utilizado, em operações que utilizem o Arrendamento; e

b) caso os valores da **Movimentação Efetivamente Contabilizada** seja inferior à **Movimentação Mínima Exigida**, a Arrendatária deverá pagar à Administração do Porto o Valor referente ao valor da Tarifa Vigente do item 1.1 Carga geral ou de projeto, solta, da Tabela 3 (Infraestrutura Operacional ou Terrestre), do Porto de Suape, ou outra que vier a substituí-la, multiplicado pela diferença entre a Movimentação Mínima Exigida, constante no inciso II da cláusula quinta, e a Movimentação Efetivamente Contabilizada no período do contrato. Os pagamentos devidos deverão obedecer aos critérios estabelecidos nas Normas de Pagamento de Suape.

III – pela utilização dos demais serviços colocados por SUAPE à disposição da ARRENDATÁRIA:

Os valores tarifários cabíveis e previstos na Tarifa do Porto de Suape vigente à época de sua incidência, acrescidas dos respectivos adicionais, em especial os valores previstos na TABELA I – UTILIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA (quando de responsabilidade da CONTRATADA), TABELA II – UTILIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA TERRESTRE (quando de responsabilidade da CONTRATADA), que deverão ser pagas ao tempo, modo e conforme as condições previstas na Tarifa Portuária vigente.

PARÁGRAFO ÚNICO

A água e a energia elétrica consumidas na área explorada poderão ser fornecidas por SUAPE, pagando a ARRENDATÁRIA o que for devido, de conformidade com os preços vigentes na data do respectivo faturamento. Caso SUAPE não possa efetuar esse fornecimento, deverá autorizar a Instalação, pela ARRENDATÁRIA, de ramais próprios de fornecimento de água, energia elétrica e força, a serem utilizados dentro da área contratada, independentemente das redes utilizadas por SUAPE, ficando o pagamento desta instalação e do respectivo consumo por conta única e exclusiva da ARRENDATÁRIA, que não terá direito a qualquer indenização ou reembolso ao término do prazo de vigência deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os valores estipulados no “caput” da Cláusula Quinta anterior serão cobrados da seguinte forma:

a) o constante do inciso “I”, mensalmente, através de fatura apresentada por SUAPE à ARRENDATÁRIA, para liquidação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de sua apresentação;

b) o constante do inciso “II” e do Parágrafo Primeiro, de acordo com as normas do PORTO DE SUAPE.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Ocorrendo atraso na liquidação de qualquer obrigação pecuniária estabelecida neste Instrumento, o débito apurado, corrigido pela variação do IPCA, será acrescido do valor correspondente a 2% (dois por cento) de multa, mais juros de 0,0333% (trezentos e trinta e três décimos de milésimos por cento) ao dia, nos termos da legislação vigente, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste instrumento.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A cobrança de qualquer importância devida e não liquidada pela ARRENDATÁRIA far-se-á através de processo judicial, sempre que as vias administrativas comuns não surtirem efeito.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Para todos os fins de direito, ficará a ARRENDATÁRIA responsável pelo pagamento dos valores estabelecidos neste Instrumento, respeitadas os limites para reajuste e os prazos estabelecidos para liquidação de débitos.

PARÁGRAFO QUARTO

Eventuais contestações ou devoluções de faturas deverão ser detalhadamente fundamentadas e somente serão aceitas no protocolo da Administração de SUAPE, para serem analisadas, acompanhadas de

comprovantes de pagamentos, dos valores faturados, nos prazos de seus vencimentos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DO CONTRATO DE TRANSIÇÃO

A vigência deste Contrato inicia-se na data de 20/05/2025, sendo seu prazo de vigência de 1 (um) ano ou até que se encerre o processo licitatório da área em questão, o que ocorrer primeiro, cabendo à ARRENDATÁRIA adotar todas as providências necessárias à desocupação da instalação portuária ao fim do prazo contratual, sob pena de incidência das cominações previstas neste Contrato.

PARÁGRAFO UNICO

O Contrato será rescindido, sem ônus, com a conclusão do certame licitatório do objeto da exploração a área, caso em que a ARRENDATÁRIA será notificada para devolver o objeto do contrato no prazo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA OITAVA - DA QUALIDADE

A ARRENDATÁRIA obriga-se a manter os padrões de qualidade necessários, bem como as demais normas de qualidade que vierem a ser determinadas pelas autoridades competentes e relativas ao objeto deste Instrumento Contratual.

CLÁUSULA NONA - DO FUNCIONAMENTO

Será facultado a ARRENDATÁRIA o funcionamento durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante o período deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A exploração do objeto deste contrato deverá satisfazer às condições de regularidade, continuidade, eficiência, atualidade e generalidade, pontualidade, segurança, cortesia e modicidade dos preços.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Para os fins previstos no Parágrafo Primeiro desta Cláusula, considera-se:

- a)** Regularidade: a prestação dos serviços nas condições estabelecidas neste Instrumento e nas normas técnicas aplicáveis;
- b)** Continuidade: a manutenção, em caráter permanente, da oferta dos serviços;
- c)** Eficiência: a execução das atividades e dos serviços de acordo com as normas técnicas aplicáveis e em padrões satisfatórios, que busquem, em caráter permanente, a excelência, e que assegurem, qualitativa e quantitativamente, o cumprimento dos objetivos e das metas do contrato;
- d)** Atualidade: a modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações e a sua conservação e manutenção, bem como a melhoria e a expansão do serviço, na medida das necessidades dos usuários;
- e)** Pontualidade: Os serviços devem ser prestados mediante o rigoroso cumprimento dos horários fixados para a prestação do serviço, estabelecidos em contrato ou formalmente agendados entre os agentes envolvidos, salvo nas hipóteses previstas na legislação;
- f)** Segurança: Característica do serviço que se presta de forma segura, garantindo a integridade física e patrimonial dos usuários e dos bens afetos ao serviço;
- g)** Cortesia: O tratamento adequado com urbanidade aos usuários do serviço, em atendimento às regras de boa educação e de respeito no relacionamento entre os cidadãos, além do fácil acesso do usuário na obtenção de meios de informação e ao serviço de críticas e sugestões;
- h)** Modicidade dos preços: Prestação de serviços mediante preços e tarifas justas, que observem o equilíbrio entre os custos da prestação do serviço e os benefícios oferecidos aos usuários e permitam o seu melhoramento e expansão.

CLAUSULA DÉCIMA - DA EXCLUSIVIDADE

É assegurado a ARRENDATÁRIA, ou terceiros por ele contratados, exclusividade na exploração da área da instalação portuária objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ASSUNÇÃO DE RISCOS

A ARRENDATÁRIA assumirá, em decorrência deste Instrumento, integral responsabilidade por todos os riscos inerentes às atividades previstas neste Contrato ou por ela desempenhadas na instalação portuária objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS DEVERES GERAIS DAS PARTES

As partes se propõem a cooperar e a prestar auxílio mútuo na consecução dos objetivos do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA ANTAQ E SUAPE

Incumbe à SUAPE e à ANTAQ:

- a)** fiscalizar, de forma permanente, o fiel cumprimento das obrigações da ARRENDATÁRIA, no aplicável às leis, às normas, aos regulamentos do Porto e ao Contrato;
- b)** instruir os processos administrativos para aplicação das penalidades regulamentares e contratuais pela ANTAQ;
- c)** fiscalizar permanentemente as operações, por ventura realizadas, da instalação portuária, zelando pela segurança e o respeito ao meio ambiente;
- d)** extinguir o Instrumento, nos casos nele previstos, ou por determinação da ANTAQ.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Sem prejuízo do cumprimento das garantias comprometidas, incumbe à ARRENDATÁRIA:

- a)** observar as condições de conservação, manutenção, recuperação das instalações e equipamentos transferidos conforme Anexo II e qualquer recuperação, manutenção, modernização implementada nestes bens explorados, incorpora aos mesmos não sendo devido por SUAPE qualquer ressarcimento à CONTRATADA na rescisão ou término do contrato;
- b)** adotar e cumprir as medidas necessárias à fiscalização por SUAPE, ANTAQ e pelas autoridades aduaneira, marítima, sanitária, de polícia e demais autoridades com atuação no Porto;
- c)** prestar o apoio necessário aos agentes de SUAPE e da ANTAQ, permitindo-lhes o exame de todas as informações, operacionais e estatísticas, concernentes ao uso do contrato, desde que mantido o devido resguardo aos dados concorrenciais sensíveis;
- d)** garantir o acesso, pelas autoridades do Porto, pela ANTAQ, pela SNPTA e pelas demais autoridades que atuam no setor portuário às instalações portuárias designadas no contrato para fins de fiscalização e outros procedimentos;
- e)** prestar informações de interesse de SUAPE e das demais autoridades no porto, inclusive as de interesse específico da defesa nacional, para efeitos de mobilização;
- f)** fornecer os dados e informações de interesse da ANTAQ e das demais autoridades com atuação no Porto;
- g)** dar ampla e periódica divulgação dos preços regularmente praticados de atividades inerentes, acessória, complementares e projetos associados aos serviços prestados nas suas instalações portuárias, na forma ou veículo a ser estabelecido por SUAPE;
- h)** dar ampla e periódica publicação das demonstrações financeiras;
- i)** fornecer mensalmente à SUAPE, no prazo de 5 (cinco) dias do encerramento do período, relatório contendo dados segmentados relativos ao volume de movimentação de carga;
- j)** submeter-se à arbitragem da ANTAQ em caso de conflitos de interpretação e execução deste Contrato;
- l)** adotar medidas visando evitar, fazer cessar, mitigar ou compensar a geração de danos ao meio ambiente em decorrência da implantação ou exploração do empreendimento;
- m)** contratar seguro de responsabilidade civil compatível com suas responsabilidades perante SUAPE, os usuários e terceiros, bem como seguro do patrimônio explorado;
- n)** manter a integridade dos bens patrimoniais afetos ao contrato, conforme normas técnicas específicas, mantendo-os em condições normais de funcionamento, limpeza e conservação;
- o)** prestar contas dos serviços à SUAPE, à ANTAQ e aos demais órgãos públicos competentes;
- p)** abster-se de realizar quaisquer investimentos na instalação portuária, ressalvadas as despesas necessárias à manutenção da instalação portuária e seus bens integrantes durante o prazo de vigência deste Contrato, aplicando por sua conta e risco, os recursos necessários à exploração da instalação portuária;
- q)** fornecer, à SUAPE e à ANTAQ, a lista de serviços regularmente oferecidos e submeter, para aprovação, aqueles não previstos no contrato de transição, com as respectivas descrições e preços de referência;
- r)** prestar serviço adequado aos usuários, sem qualquer tipo de discriminação e sem incorrer em abuso de poder econômico;
- s)** manter as condições de segurança operacional, de acordo com as normas em vigor, bem como comprovar o cumprimento do ISPS-Code;
- t)** garantir a prestação continuada do serviço, salvo interrupção causada por caso fortuito ou força maior, comunicando imediatamente a ocorrência do fato à SUAPE;
- u)** oferecer aos usuários todos os serviços prestados no contrato de transição, fixando-se preços máximos para a sua prestação, no caso de impossibilidade de competição;
- v)** fornecer, à SUAPE e à ANTAQ, quando solicitados, os dados e informações relativos à composição dos custos dos serviços;
- w)** assumir a responsabilidade pela inexecução ou execução deficiente dos serviços prestados;
- x)** respeitar e fazer cumprir as normas vigentes de segurança do trabalho;
- y)** realização de investimentos necessários à execução do contrato às suas expensas, mediante anuência da administração do porto, sem direito à indenização;
- z)** a observação da programação aprovada pela administração do porto para atracação das embarcações, respeitando-se o regulamento de exploração do porto;
- a1)** à utilização adequada das áreas e instalações dentro de padrões de qualidade e eficiência, de forma a não

comprometer as atividades do porto;

b1) à utilização de equipamentos e instalações móveis e removíveis, de modo a preservar as condições iniciais do local e possibilitar a sua imediata remoção, ao término do contrato ou quando determinada pela administração do porto;

c1) à manutenção, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, de todas as condições de habilitação e qualificação exigíveis daqueles que contratam com a Administração, nos moldes inciso XVI do art. 92 da Lei 14.133 de 2021;

d1) à manutenção das condições de acessibilidade às áreas e instalações portuárias designadas no contrato;

e1) à prestação, no prazo estipulado, das informações requisitadas pela ANTAQ no exercício de suas atribuições.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES DA ARRENDATÁRIA PERANTE A SNPTA, A ANTAQ, SUAPE E A TERCEIROS

A ARRENDATÁRIA é responsável por todos os encargos e despesas trabalhistas, previdenciários, ambientais, tributários, fiscais, comerciais e quaisquer outros resultantes da execução deste Contrato e/ou de seu objeto.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A ARRENDATÁRIA responderá nos termos da lei, independentemente da fiscalização exercida pelos órgãos competentes, por quaisquer prejuízos causados à SUAPE, à SNPTA, aos usuários e a terceiros no exercício da execução das atividades deste contrato, não sendo imputável à SUAPE ou à SNPTA qualquer responsabilidade, direta ou indireta, independente da fiscalização exercida pelos órgãos competentes.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A ARRENDATÁRIA responde, também, nos termos da relação comitente-comissário, pelos prejuízos causados a terceiros pelas entidades que contratar para a execução das atividades vinculadas ao presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CONTRATOS DA CONTRATADA COM TERCEIROS

Sem prejuízo das responsabilidades e dos riscos previstos neste Instrumento, a ARRENDATÁRIA poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao contrato, bem como a implantação de projetos associados, desde que não ultrapassem o prazo contratual.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os Contratos celebrados entre a ARRENDATÁRIA e os terceiros a que se refere o “caput” desta Cláusula reger-se-ão pelas normas de direito privado aplicáveis e, quando for o caso, pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre esses terceiros e a SNPTA, a ANTAQ ou SUAPE.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A execução das atividades contratadas pela ARRENDATÁRIA com terceiros pressupõe o cumprimento das normas legais, regulamentares e contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Constitui especial obrigação da ARRENDATÁRIA zelar para que nos seus contratos com terceiros, com objeto integrado às atividades deste instrumento, sejam rigorosamente observadas as regras deste Instrumento e demais normas legais, regulamentares e técnicas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS

São direitos dos usuários:

a) receber serviço adequado a seu pleno atendimento, livre de discriminação e de abuso ao poder econômico, atendendo às condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade de preços, conforme definido nas normas da ANTAQ;

b) Obter e utilizar o serviço com liberdade de escolha entre prestadores do porto organizado;

c) Receber de SUAPE e da ARRENDATÁRIA informações para a defesa de interesses individuais e coletivos;

d) Levar ao conhecimento dos órgãos de fiscalização competentes às irregularidades de que tenham conhecimento, na execução deste contrato;

e) Ser atendidos com cortesia pelos prepostos da ARRENDATÁRIA e pelos agentes de fiscalização e SUAPE e ANTAQ;

f) Receber da ARRENDATÁRIA informações acerca das características dos serviços, incluindo os seus preços.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA OBTENÇÃO DE LICENÇAS

Caberá a ARRENDATÁRIA obter todas as licenças e autorizações necessárias à execução das operações da instalação portuária explorada.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO MEIO AMBIENTE

O gerenciamento e monitoramento da execução dos Programas Ambientais e demais atividades correlatas na área do Porto Organizado serão de responsabilidade de SUAPE, enquanto os relativos à instalação portuária explorada serão de inteira responsabilidade da ARRENDATÁRIA.

PARÁGRAFO ÚNICO

A parcela do montante dos eventuais custos das atividades relativas aos Programas Ambientais, referidos no “caput” desta Cláusula, especificamente alocada para a área objeto deste Instrumento, será de ônus da ARRENDATÁRIA, desde que precedida de apresentação de planilha estimativa de custos, elaborada com base nos valores correntes de mercado e previamente aprovada pela ARRENDATÁRIA, que efetuará o respectivo reembolso à SUAPE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PROTEÇÃO AMBIENTAL

A ARRENDATÁRIA se obriga a cumprir o disposto nas legislações federal, estadual e municipal, no que concerne à proteção ambiental, referente às suas obrigações assumidas por este Instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO

A ARRENDATÁRIA enviará à SUAPE relatório, para atendimento de exigências feitas pelos órgãos competentes e outros que se fizerem necessários, sobre:

- a) os impactos ambientais provocados em decorrência das operações portuárias realizadas no período;
- b) as ações adotadas para mitigar ou compensar os efeitos dos eventuais impactos ambientais provocados;
- c) os impactos ambientais previstos e as subsequentes medidas de mitigação e compensação;
- d) os danos ao meio ambiente, sempre que ocorrerem.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

SUAPE e a ANTAQ exercerão, por meio de seus órgãos competentes, em caráter permanente, a fiscalização do fiel cumprimento deste Instrumento, na forma da Lei nº 12.815/13, Lei nº 10.233/01, Decreto nº 8.033/13 e demais Resoluções da ANTAQ.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

SUAPE e a ANTAQ exercerão a fiscalização com amplos poderes junto a ARRENDATÁRIA, para a verificação de sua administração, seus equipamentos, métodos e práticas utilizadas na execução do objeto deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO

SUAPE notificará a ARRENDATÁRIA de quaisquer irregularidades apuradas, concedendo-lhe prazos para que sejam sanadas, sob pena de encaminhamento de denúncia à ANTAQ a fim de aplicar as penalidades previstas neste Instrumento, bem como nas Resoluções da ANTAQ, no caso da não regularização.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O exercício da fiscalização por SUAPE e ANTAQ não exclui ou reduz a responsabilidade da ARRENDATÁRIA pela fiel execução deste Instrumento.

PARÁGRAFO QUARTO

Além da fiscalização prevista nas demais disposições deste Contrato, a ARRENDATÁRIA ficará sujeita à fiscalização a ser exercida pelas Autoridades Aduaneiras, Fluviais, Sanitárias, Ambientais e de Saúde, pela SNPTA e pela ANTAQ, no âmbito de suas respectivas atribuições.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial deste Instrumento ensejará a sua rescisão unilateral por SUAPE, sem direito a indenização, sem prejuízo das penalidades previstas no presente contrato, na Lei nº 13.303/2016, Lei nº 12.815/13 e Resoluções da ANTAQ.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

SUAPE poderá rescindir este Instrumento, após consulta à ANTAQ, em casos de violação grave, contínua e não sanada ou não sanável das obrigações da ARRENDATÁRIA, bem como nos demais casos aqui previstos e nas seguintes situações:

- a) desvio de objeto da ARRENDATÁRIA;
- b) dissolução da ARRENDATÁRIA;
- c) subcontratação;
- d) atraso de 2 (dois) pagamentos pela ARRENDATÁRIA, mensais e sucessivos;
- e) declaração de falência ou requerimento de recuperação judicial;
- f) interrupção da execução do Contrato sem causa justificada;
- g) exploração da área realizada com infringência das normas legais e regulamentares aplicáveis;

h) descumprimento de decisões judiciais;

i) ocupação e/ou utilização de área, além daquela estabelecida neste Instrumento;

j) ocorrência do estabelecido no Parágrafo Primeiro da Cláusula Vigésima Terceira deste Instrumento, observado o disposto em seu Parágrafo Segundo, bem como retomada da área contratada, para atendimento de exigência do interesse público;

k) imprecisões nas quantidades informadas pela ARRENDATÁRIA relativas às movimentações de mercadorias, porventura, realizadas;

l) pela conclusão do processo licitatório da área em questão.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A rescisão do Instrumento nas hipóteses previstas no “caput” desta Cláusula e em seu Parágrafo Primeiro deverá ser precedida da verificação da inadimplência da ARRENDATÁRIA em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados a ARRENDATÁRIA, detalhadamente, os descumprimentos contratuais referidos neste Instrumento, dando-lhe um prazo de 15 (quinze) dias corridos para corrigir as falhas das transgressões apontadas, findo o qual, não tendo sido sanadas completamente as irregularidades, nova, idêntica e última comunicação será feita concedendo-se o mesmo prazo para o enquadramento da ARRENDATÁRIA.

PARÁGRAFO QUARTO

Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência da ARRENDATÁRIA, a rescisão será declarada, independentemente de qualquer indenização.

PARÁGRAFO QUINTO

O Contrato será rescindido, sem ônus para quaisquer das Partes, com a conclusão do certame licitatório para o arrendamento definitivo da área objeto deste contrato, caso em que a ARRENDATÁRIA será notificada para devolver o objeto deste contrato no prazo de 30 (trinta) dias.

CLAUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DAS CAUSAS JUSTIFICADORAS DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

A inexecução do Instrumento, resultante de força maior, de caso fortuito, de fato do príncipe, de fato da Administração ou de interferências imprevistas que retardem ou impeçam a execução parcial ou total do ajuste, exonera a ARRENDATÁRIA de responsabilidade relativa ao descumprimento das obrigações emergentes do Instrumento, assim como aos pagamentos emergentes do Contrato, desde que tais fatos sejam devidamente justificados pela ARRENDATÁRIA e aceitos por SUAPE.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Para os fins previstos no “caput” desta Cláusula considera-se:

a) força maior: o evento humano que por sua imprevisibilidade e inevitabilidade cria para a ARRENDATÁRIA óbice intransponível na execução do Instrumento, traduzindo ato superveniente impeditivo para o cumprimento das obrigações assumidas;

b) caso fortuito: o evento da natureza, que, por sua imprevisibilidade e inevitabilidade, gera para a ARRENDATÁRIA obstáculo irremovível no cumprimento do Instrumento;

c) fato do príncipe: toda determinação estatal, geral, imprevista e imprevisível, positiva ou negativa, que onere substancialmente a execução do Instrumento;

d) fato da Administração: toda ação ou omissão de órgão da Administração Pública, que, incidindo direta e especificamente sobre o Instrumento, retarde, agrave ou impeça a sua execução; o fato da Administração se equipara a força maior e produz os mesmos efeitos excludentes da responsabilidade da ARRENDATÁRIA pela inexecução do ajuste;

e) interferências imprevistas: são ocorrências materiais não cogitadas pelas partes na celebração do Contrato, mas que surgem na sua execução de modo surpreendente e excepcional, dificultando e onerando extraordinariamente o prosseguimento e a conclusão dos trabalhos; a interferência imprevista se distingue das demais superveniências pela descoberta de obstáculos materiais, naturais ou artificiais, depois de iniciada a execução do Contrato, embora sua existência seja anterior ao ajuste, mas só revelada por intermédio das obras ou serviços em andamento, dada a sua omissão nas sondagens ou a sua imprevisibilidade em circunstâncias comuns de trabalho; tais interferências, ao contrário das demais superveniências, não são impeditivas do prosseguimento das obras e serviços constantes deste Instrumento, mas, sim, criadoras de maiores dificuldades e onerosidades para a conclusão das mesmas obras e serviços.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Por se tratar de contrato em caráter de transição, as superveniências previstas nesta Cláusula, bem como as interferências imprevistas não darão lugar à reposição do equilíbrio econômico e financeiro do Instrumento, podendo, a critério das partes, proceder-se a rescisão do presente Instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

Ressalvadas as disposições deste Instrumento com penalidades específicas já previstas, bem como as

penalidades constantes em normas específicas da ANTAQ, a ARRENDATÁRIA, deixando de cumprir quaisquer outras cláusulas deste Instrumento contratual ou infringindo disposições legais vigentes, estará sujeita à multa de 5% (cinco por cento) do valor global do presente contrato, que lhe será imposta pela ANTAQ.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Das multas aplicadas, que serão precedidas do contraditório e ampla defesa, caberá recurso conforme previsto nas normas da ANTAQ.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Não havendo recurso ou sendo o mesmo indeferido, SUAPE executará a garantia referida na Cláusula Trigesima - DOS SEGUROS E DAS GARANTIAS, caso a ARRENDATÁRIA não proceda ao depósito das multas no prazo estabelecido.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

Sem prejuízo das demais disposições acerca da extinção do contrato previstas neste Instrumento, extingue-se o contrato por:

- I.** advento do termo contratual;
- II.** rescisão;
- III.** retomada da área explorada e objeto deste contrato;
- IV.** falência ou extinção da CONTRATADA;
- V.** não atingimento da movimentação mínima exigida; e
- VI.** falência ou extinção da CONTRATADA;

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Extinto o contrato de transição, retornam à SUAPE os direitos e privilégios decorrentes do contrato, com devolução dos bens a ele vinculados, sem qualquer indenização à ARRENDATÁRIA.

PARÁGRAFO SEGUNDO

SUAPE procederá aos levantamentos e avaliações necessárias no prazo de 30 (trinta) dias contados da extinção do contrato, sendo que uma vez constatados danos nos bens ou equipamentos vinculados à instalação portuária, os prejuízos apurados deverão ser indenizados pela ARRENDATÁRIA.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A devolução dos bens e equipamentos vinculados ao contrato será feita sem qualquer indenização.

PARÁGRAFO QUARTO

Extinto este Contrato, haverá a imediata assunção da área por SUAPE ou pela nova CONTRATADA, se houver.

PARÁGRAFO QUINTO

A área explorada deverá estar livre e desembaraçada de qualquer outro bem que não seja afeto à exploração a que se destina e se encontrar em perfeitas condições de conservação, comprovada por atestado técnico de SUAPE.

PARÁGRAFO SEXTO

Na hipótese de não ser procedida a entrega do imóvel à SUAPE, o valor mensal gerado pelo Contrato será aumentado, automática e independentemente de qualquer notificação, em 50% (cinquenta por cento), ficando ainda a ARRENDATÁRIA sujeita ao pagamento de multa diária de 1% (um por cento) do valor já aumentado, a partir do mês subsequente ao da extinção do Contrato, até a efetiva e integral desocupação da instalação explorada, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades contratuais e legais e da adoção, pela UNIÃO, ANTAQ ou SUAPE das medidas judiciais cabíveis para reaver a posse da instalação explorada.

PARÁGRAFO SÉTIMO

Quando da devolução da área, a ARRENDATÁRIA deverá fazê-lo sem qualquer débito, inclusive junto aos seus fornecedores de água e energia elétrica, na hipótese desse fornecimento não ser efetuado por SUAPE.

PARÁGRAFO OITAVO

Por ocasião do término do contrato, a ARRENDATÁRIA se obriga a apresentar um laudo ambiental discriminando o eventual passivo ambiental do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DOS BENS QUE INTEGRAM O CONTRATO

Integram o contrato, para o efeito de devolução ao final deste instrumento, todos os bens vinculados à instalação portuária e equipamentos, cuja posse, guarda, manutenção e vigilância são de responsabilidade da ARRENDATÁRIA, notadamente todos os bens vinculados à exploração e manutenção das atividades da instalação portuária, transferidos à ARRENDATÁRIA, conforme listados no Anexo II.

PARÁGRAFO ÚNICO

A instalação objeto deste contrato e os bens mencionados no “caput” serão transferidos à ARRENDATÁRIA

mediante a assinatura de Termo de Arrolamento – Anexo III, concomitantemente à celebração deste Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA GUARDA E DA VIGILÂNCIA DOS BENS QUE INTEGRAM O CONTRATO

A ARRENDATÁRIA é responsável pela guarda e vigilância dos bens que integram o contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A ARRENDATÁRIA não poderá onerar, alienar ou transferir a posse dos bens contratados e referidos neste Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A ARRENDATÁRIA se obriga a informar à SUAPE e às autoridades públicas quaisquer atos ou fatos ilegais ou ilícitos de que tenha conhecimento em razão das atividades objeto deste contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DA DEVOLUÇÃO DOS BENS QUE INTEGRAM O CONTRATO

Devolvem-se à SUAPE, gratuita e automaticamente, na extinção do contrato, todos os bens vinculados a este instrumento, notadamente aqueles indicados no Anexo II.

Na extinção do contrato, haverá imediata assunção das atividades relacionadas a este instrumento por SUAPE, que ficará autorizada a ocupar as instalações e a utilizar todos os bens.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DO TERMO DE DEVOLUÇÃO DE BENS

Na extinção do contrato será procedida uma vistoria dos bens que o integram, para os efeitos previstos neste Instrumento, e lavrado pelas Partes um “Termo de Devolução de Bens” sob a guarda da ARRENDATÁRIA ou integrados ao contrato, com indicação detalhada do estado de conservação dos mesmos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os bens deverão ser mantidos em condições normais de uso, de forma que, quando de sua entrega à SUAPE, encontrem-se em perfeito estado, exceto pelo resultado normal do processo de deterioração.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Caso a entrega dos bens para SUAPE não se verifique as condições exigidas nesta Cláusula, a ARRENDATÁRIA indenizará SUAPE pelos prejuízos causados, devendo a indenização ser calculada nos termos legais.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Caso seja necessária a utilização de recursos pela ARRENDATÁRIA, para a manutenção da instalação portuária ou de bens integrantes alocados durante o prazo de vigência do contrato de transição, excetuados os investimentos emergenciais necessários para atender a exigências de saúde, segurança ou ambientais impostas por determinação regulatória, não caberá indenização a ARRENDATÁRIA, hipótese em que a ANTAQ indicará os parâmetros para o cálculo de eventual indenização em face da não depreciação do investimento no prazo de vigência contratual, caso aplicável no caso concreto.

CLAUSULA TRIGÉSIMA - DOS SEGUROS E DAS GARANTIAS

A ARRENDATÁRIA se obriga ao pagamento dos prêmios e a manter em vigor, a partir da data de assinatura deste Instrumento Contratual e durante todo o prazo de sua vigência, as apólices de seguro necessárias para garantir uma efetiva cobertura para todos os riscos inerentes ao contrato -- bens e pessoas --, inclusive contra terceiros, devidamente atualizadas, de acordo com a legislação aplicável, fornecendo à SUAPE e ANTAQ cópias das referidas apólices.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Todas as apólices de seguros a serem contratados pela ARRENDATÁRIA deverão conter cláusula de renúncia aos direitos de sub-rogação contra o Poder Concedente, seus representantes, os financiadores, e seus sucessores, e conterão cláusulas estipulando que não serão canceladas e nem terão alteradas quaisquer de suas condições, sem prévia autorização escrita do Poder Concedente ou SUAPE. A ARRENDATÁRIA deve dar ciência às Companhias Seguradoras do teor desta Cláusula que exime SUAPE, ANTAQ e SNPTA de qualquer responsabilidade oriunda de toda espécie de sinistro.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Para garantia do fiel cumprimento das cláusulas e condições deste contrato de transição, a ARRENDATÁRIA deverá apresentar à SUAPE, no prazo de 10 (dez) dias contado a partir da data de assinatura deste Instrumento Contratual, sob pena de sua nulidade, comprovação das garantias em algumas das modalidades descritas no parágrafo terceiro, da seguinte forma:

a) com relação ao contrato: o correspondente a três vezes o valor da remuneração mensal, no importe de R\$ 103.500,00 (cento e três mil e quinhentos reais), estendendo-se até 30 (trinta) dias após o término da vigência contratual, devendo ser atualizada no caso de alterações do valor ou prorrogações do ajuste.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A garantia mencionada no Parágrafo Segundo deverá ser prestada em uma das seguintes modalidades:

a) caução em dinheiro;

b) em fiança bancária, apresentada obrigatoriamente na via original, contendo: subscrição de 2 (duas) testemunhas e firmas de todos os signatários reconhecidas em Cartório de Notas;

c) em seguro-garantia, apresentado obrigatoriamente na via original da respectiva apólice, juntamente com o comprovante de pagamento do respectivo prêmio.

Nas hipóteses das alíneas “b”, os representantes do estabelecimento bancário terão de apresentar cópia autenticada da Procuração, habilitando-os a assinarem o referido documento.

As cartas de fiança e as apólices de seguro-garantia deverão ter vigência mínima de 240 (duzentos e quarenta) dias a contar da data de celebração deste instrumento, sendo de inteira responsabilidade da ARRENDATÁRIA mantê-las em plena vigência e de forma ininterrupta durante todo o prazo contratual.

PARÁGRAFO QUARTO

Qualquer modificação no conteúdo da carta de fiança ou no seguro-garantia deve ser previamente submetida à aprovação de SUAPE.

PARÁGRAFO QUINTO

Sem prejuízo das demais hipóteses previstas no Contrato e na regulamentação vigente, a Garantia de Execução do Contrato poderá ser utilizada nos seguintes casos:

a) Quando a ARRENDATÁRIA não cumprir com as obrigações assumidas neste Contrato, ou executá-las em desconformidade com o aqui estabelecido;

b) Quando a ARRENDATÁRIA não proceder ao pagamento das multas que lhe forem aplicadas, na forma do Contrato;

c) Nos casos de devolução dos bens vinculados ao contrato em desconformidade com as exigências estabelecidas no Contrato.

PARÁGRAFO SEXTO

A Garantia de Execução do Contrato também poderá ser executada sempre que a ARRENDATÁRIA não adotar providências para sanar inadimplemento de obrigação legal, contratual ou regulamentar, sem qualquer outra formalidade além do envio de notificação por SUAPE, na forma da regulamentação vigente, o que não eximirá a ARRENDATÁRIA das responsabilidades que lhe são atribuídas pelo Contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO

Sempre que SUAPE utilizar a Garantia de Execução do Contrato, a ARRENDATÁRIA deverá proceder à reposição do seu montante integral, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de sua utilização, sendo que, durante este prazo, a ARRENDATÁRIA não estará eximida das responsabilidades que lhe são atribuídas pelo Contrato.

PARÁGRAFO OITAVO

O montante caucionado, conforme letra “a” do Parágrafo Segundo, referente ao contrato, somente será devolvido ou liberado, após a extinção – por decurso de prazo ou por rescisão deste Contrato – e depois de liquidados eventuais débitos dele oriundos, tudo sem responsabilidade de SUAPE e ANTAQ por qualquer compensação pela mora da devolução.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DO REGIME JURÍDICO E FISCAL DO CONTRATO

Este contrato reger-se-á pelas cláusulas e condições nele acordadas pelas Partes, sem prejuízo da incidência das normas legais e regulamentares aplicáveis, constantes da Lei nº 12.815/13, da Lei nº 13.303/16, e suas alterações, das Resoluções da ANTAQ, do Regulamento de Exploração do Porto e pelas demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DA INVALIDADE PARCIAL DO CONTRATO

Se alguma disposição deste Instrumento vier a ser considerada nula ou inválida, tal fato não poderá afetar as demais disposições, que poderão manter-se em vigor.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DA TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

É vedado a ARRENDATÁRIA transferir o objeto deste contrato ou por qualquer modo realizar qualquer negócio jurídico que vise atingir idênticos resultados, sendo nulo qualquer ato praticado em violação ao disposto nesta Cláusula.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a subcontratação.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DO VALOR DO CONTRATO DE TRANSIÇÃO

Para fins meramente legais, dá-se ao presente Instrumento o valor global estimado de **R \$ 414.000,00 (quatrocentos e quatorze mil reais)**.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DO ALFANDEGAMENTO

É de responsabilidade da ARRENDATÁRIA todas as providências relativas ao alfandegamento da área objeto deste contrato.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - DA SEGURANÇA NO TRABALHO E SAÚDE OCUPACIONAL

O atendimento às Normas de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho é obrigação da ARRENDATÁRIA nas atividades exercidas nas INSTALAÇÕES CONTRATADAS, observando integralmente o disposto na Lei nº 6.514/77 e nas Normas Regulamentadoras aprovadas pela Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho, ou sucessoras.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Fica a ARRENDATÁRIA obrigada a:

a) Instalar sinalização de segurança nos pontos de escalação de trabalho, nos locais de operação, nos terminais e nas áreas exploradas, devendo providenciar a confecção das placas ou faixas itinerantes para colocação em local visível para os trabalhadores na área das operações, contendo informações do produto a ser movimentado, cuidados a serem tomados, riscos da operação a serem evitados, equipamentos de proteção individual obrigatórios para a movimentação, telefones úteis e de emergência (Corpo de Bombeiros, Ambulância) e as informações de segurança necessárias para a realização das operações, bem como identificar as necessidades de sinalização em locais estratégicos;

b) Exigir, quer por trabalhadores, quer pelos demais profissionais e visitantes de sua área, o uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI) mínimo durante a permanência na zona primária do Porto Organizado, a saber: botas, capacete, colete reflexivo ou faixa reflexiva, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários de acordo com a natureza e o risco da operação que se realize;

PARÁGRAFO SEGUNDO

O não cumprimento das disposições do “caput” sujeitará o infrator à aplicação, por parte da ANTAQ, das penas previstas no art. 47 da Lei nº 12.815/13, sem prejuízo de outras penalidades.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A ARRENDATÁRIA concorda expressamente e reconhece o direito de SUAPE de encerrar o Contrato de Transição previamente ao prazo de vigência previsto ou ainda à finalização do processo licitatório, caso constate omissões ou atos que importem em prejuízo da necessária celeridade do processo licitatório em questão, sem ônus para quaisquer das Partes.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - DO FORO

O Foro deste Contrato é o da Cidade de Ipojuca (PE), com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si, ajustado e contratado, foi lavrado o presente instrumento contratual em 03 (três) vias, de igual teor e forma, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Ipojuca - PE, na data de assinatura eletrônica.

SUAPE - COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOVERNADOR ERALDO GUEIROS

ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO BISNETO

Diretor Presidente

RINALDO TOLENTINO TAVARES DE LIRA

Diretor de Desenvolvimento e Gestão Portuária

WINDROSE SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA

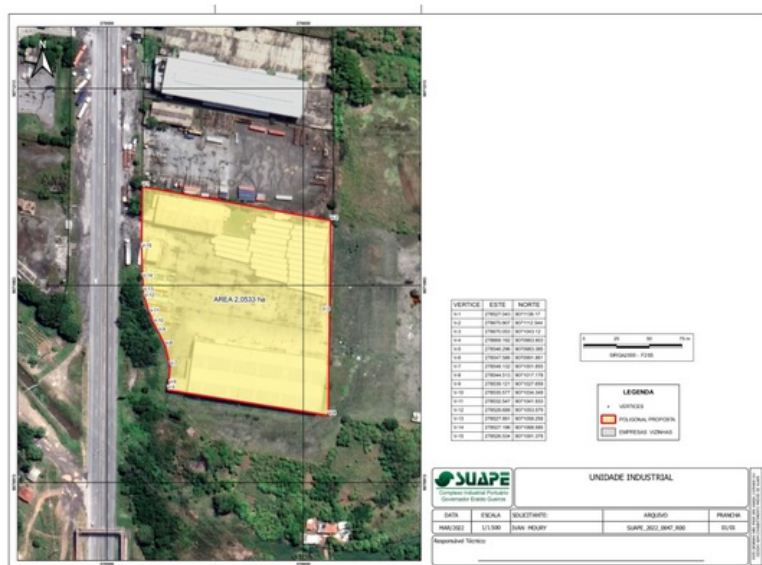
EDSON JOSÉ GOMES DA FONSECA

TESTEMUNHAS:

1. Nome _____
 CPF/MF: _____
2. Nome _____
 CPF/MF: _____

ANEXO I DO CONTRATO Nº 054/2025 SUAPE - PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DA INSTALAÇÃO PORTUÁRIA ARRENDADA TRANSITÓRIAMENTE E MEMORIAL DESCRITIVO

A área descrita neste memorial possui 2,0533 ha (Dois hectares, cinco ares e trinta e três centiares) e um perímetro de 577,92 m (Quinhentos e setenta e sete metros e noventa e dois centímetros). Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice V-1, definido pelas coordenadas E: 278.527,043 m e N: 9.071.138,170 m com azimute 100° 06' 24,66" e distância de 146,03 m até o vértice V-2, definido pelas coordenadas E: 278.670,807 m e N: 9.071.112,544 m com azimute 180° 37' 20,11" e distância de 69,43 m até o vértice V-3, definido pelas coordenadas E: 278.670,053 m e N: 9.071.043,120 m com azimute 180° 37' 21,78" e distância de 79,22 m até o vértice V-4, definido pelas coordenadas E: 278.669,192 m e N: 9.070.963,903 m com azimute 279° 00' 28,14" e distância de 124,43 m até o vértice V-5, definido pelas coordenadas E: 278.546,296 m e N: 9.070.983,385 m com azimute 8° 39' 13,29" e distância de 8,57 m até o vértice V-6, definido pelas coordenadas E: 278.547,586 m e N: 9.070.991,861 m com azimute 3° 07' 37,63" e distância de 10,01 m até o vértice V-7, definido pelas coordenadas E: 278.548,132 m e N: 9.071.001,855 m com azimute 346° 42' 40,85" e distância de 15,74 m até o vértice V-8, definido pelas coordenadas E: 278.544,513 m e N: 9.071.017,178 m com azimute 332° 46' 34,43" e distância de 11,79 m até o vértice V-9, definido pelas coordenadas E: 278.539,121 m e N: 9.071.027,659 m com azimute 332° 05' 16,00" e distância de 7,57 m até o vértice V-10, definido pelas coordenadas E: 278.535,577 m e N: 9.071.034,349 m com azimute 338° 13' 19,35" e distância de 8,17 m até o vértice V-11, definido pelas coordenadas E: 278.532,547 m e N: 9.071.041,933 m com azimute 341° 40' 01,02" e distância de 12,27 m até o vértice V-12, definido pelas coordenadas E: 278.528,688 m e N: 9.071.053,579 m com azimute 350° 19' 59,77" e distância de 4,75 m até o vértice V-13, definido pelas coordenadas E: 278.527,891 m e N: 9.071.058,258 m com azimute 356° 08' 59,42" e distância de 10,35 m até o vértice V-14, definido pelas coordenadas E: 278.527,196 m e N: 9.071.068,585 m com azimute 358° 20' 10,93" e distância de 22,80 m até o vértice V-15, definido pelas coordenadas E: 278.526,534 m e N: 9.071.091,378 m com azimute 0° 37' 23,65" e distância de 46,79 m até o vértice V-1, encerrando este perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 33 WGr, fuso 25S, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.



ANEXO II DO CONTRATO Nº 054/2025 SUAPE - RELAÇÃO DOS BENS INTEGRANTES DA INSTALAÇÃO PORTUÁRIA ARRENDADA

Aos 20 de maio de 2025, SUAPE - COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOVERNADOR ERALDO GUEIROS, empresa pública estadual, criada pela Lei Estadual nº 7.763, de 07 de novembro de 1978, constituída pelo Decreto nº 47.130/2019, e alterações posteriores, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.448.933/0001-62, sediada no Engenho Massangana, Km.10, Rodovia PE-60, no município de Ipojuca, Estado de Pernambuco, neste ato legalmente representada por seu Diretor Presidente, o Sr. ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO BISNETO, brasileiro, casado, bacharel em direito e em ciências contábeis, inscrito no CPF sob o nº XXX.732.194-XX, e seu Diretor de Gestão Portuária, Sr. RINALDO TOLENTINO TAVARES DE LIRA, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF/MF sob o nº 026.092.644-29 , ambos residentes e domiciliados no município do Recife (PE) e do outro lado, na qualidade de ARRENDATÁRIA, a WINDROSE SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.646.750/0001-99, sediada na ESTRADA TDR NORTE, 7481, GALPÃO A, DISTRITO INDUSTRIAL DE SUAPE, neste ato representada por seu Sócio Administrador, Sr. EDSON JOSÉ GOMES DA FONSECA, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 1058190 SSP-PE, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.514.684-XX, residente e domiciliado na cidade do Recife/PE.

Considerando que:

- a) A ARRENDATÁRIA celebrou Contrato de Transição com início no dia 20 de maio de 2025, com base na autorização da ANTAQ;
- b) O prazo do Contrato de Transição é de 1 (um) anos contados a partir da data da sua vigência, não sendo admitida a sua prorrogação;
- c) É parte integrante do referido Contrato de Transição a Relação de Bens (móveis e imóveis) indicada na tabela abaixo /ou/ anexa:

PLANILHA DE AVALIAÇÃO DA EDIFICAÇÃO

CONSTRUÇÃO	ÁREA (m²)	IDADE APARENTE (anos)	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	FAT. ENQ. (IMAPE)	CUBR. N. (m²/m²)	CUSTO (R\$/m²)	RDI	VIDA ÚTIL (anos)	VUER	L.V	Kd	VALOR DE REPOSIÇÃO COMO NOVO (R\$)	VALOR DE MERCADO ATUAL (R\$)
Guarita	10,58	17	Regular	1	1.480,32	1.480,32	22,80%	70	53	24	0,8300	19.232,67	15.963,12
Gate	66,12	17	Regular	1,2	1.480,32	1.776,38	22,80%	70	53	24	0,8300	144.234,14	119.714,33
Portaria	20,16	17	Regular	1,2	1.480,32	1.776,38	22,80%	70	53	24	0,8300	43.977,03	36.500,92
Administração	911,16	17	Entre Novo e Regular	1,4	1.480,32	2.072,45	22,80%	70	53	24	0,8510	2.369.770,67	2.016.674,94
Galpão	754,80	17	Entre Novo e Regular	0,9	1.480,32	1.332,29	22,80%	70	53	24	0,8510	1.234.890,29	1.050.891,63
Almacarifado	57,19	17	Entre Regular e Reparo Simples	1	1.480,32	1.480,32	22,80%	70	53	24	0,7820	103.961,87	81.298,18
Oficina Mecânica	47,24	20	Entre Regular e Reparo Simples	0,4	1.480,32	592,13	22,80%	70	50	28	0,7540	34.349,77	25.899,73
Armazém de bag	24,21	20	Entre Regular e Reparo Simples	0,6	1.480,32	888,19	22,80%	70	50	28	0,7540	26.405,84	19.910,00
Central de resíduos	4,91	17	Entre Regular e Reparo Simples	0,7	1.480,32	1.036,22	22,80%	70	53	24	0,7820	6.247,89	4.885,85
TOTAL:												3.983.070,16	3.371.738,82

PLANILHA DE AVALIAÇÃO DAS BENFEITORIAS

BENFEITORIA	ÁREA (m²)	IDADE APARENTE (anos)	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	CUSTO	RDI	VIDA ÚTIL (anos)	VUER	L.V	Kd	CUSTO DE REPOSIÇÃO (R\$)	VALOR DE MERCADO ATUAL (R\$)
ALAMBRADO	2.209,89	17	ENTRE NOVO E REGULAR	123,19	22,80%	70	53	24	0,8510	343.382,88	292.218,83
PAVIMENTAÇÃO	66.250,00	17	ENTRE NOVO E REGULAR	105,75	22,80%	70	53	24	0,8510	8.603.291,25	7.321.400,85
TOTAL:										8.946.674,13	7.613.619,68

SUAPE - COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOVERNADOR ERALDO GUEIROS
ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO BISNETO
Diretor Presidente

RINALDO TOLENTINO TAVARES DE LIRA
Diretor de Desenvolvimento e Gestão Portuária

WINDROSE SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA
EDSON JOSÉ GOMES DA FONSECA
Sócio Administrador

TESTEMUNHAS:
1. Nome _____
CPF/MF: _____

2. Nome _____
CPF/MF: _____

ANEXO III DO CONTRATO Nº 054/2025 SUAPE - TERMO DE ARROLAMENTO E TRANSFERÊNCIA DE BENS

Aos 20 de maio de 2025, SUAPE - COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOVERNADOR ERALDO GUEIROS, empresa pública estadual, criada pela Lei Estadual nº 7.763, de 07 de novembro de 1978, constituída pelo Decreto nº 47.130/2019, e alterações posteriores, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.448.933/0001-62, sediada no Engenho Massangana, Km.10, Rodovia PE-60, no município de Ipojuca, Estado de Pernambuco, neste ato legalmente representada por seu seu Diretor Presidente, o Sr. ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO BISNETO, brasileiro, casado, bacharel em direito e em ciências contábeis, inscrito no CPF sob o nº XXX.732.194-XX e seu Diretor de Gestão Portuária, o Sr. RINALDO TOLENTINO TAVARES DE LIRA, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF/MF sob o nº 026.092.644-29, ambos residentes e domiciliados no município do Recife (PE) e do outro lado, na qualidade de ARRENDATÁRIA, a WINDROSE SERVIÇOS MARÍTIM OS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.646.750/0001-99, sediada na ESTRADA TDR NORTE, 7481, GALPÃO A, DISTRITO INDUSTRIAL DE SUAPE, neste ato representada por seu Sócio Administrador, Sr. EDSON JOSÉ GOMES DA FONSECA, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 1058190 SSP-PE, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.514.684-XX, residente e domiciliado na cidade do Recife/PE.

Considerando que:

- a)** A ARRENDATÁRIA celebrou Contrato de Transição com início no dia 20 de maio de 2025, com base na autorização da ANTAQ;
- b)** O prazo do Contrato de Transição é de 1 (um) anos contados a partir da data da sua vigência, não sendo admitida a sua prorrogação;; e
- c)** É parte integrante deste Contrato de Transição celebrado entres as partes ora qualificadas, a Relação de Bens indicada no ANEXO II deste Instrumento.

Celebram o presente Termo de Arrolamento e Transferência de Bens, para utilização nas instalações localizadas na Unidade Industrial descrita no referido contrato, conforme características descritas no Anexo I do presente Contrato, para exploração de um Terminal de Granéis Sólidos, conforme listados no ANEXO II do mencionado Instrumento.

SUAPE - COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOVERNADOR ERALDO GUEIROS

ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO BISNETO

Diretor Presidente

RINALDO TOLENTINO TAVARES DE LIRA

Diretor de Desenvolvimento e Gestão Portuária

WINDROSE SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA

EDSON JOSÉ GOMES DA FONSECA

Sócio Administrador

TESTEMUNHAS:

1. Nome _____
CPF/MF: _____

2. Nome _____
CPF/MF: _____

ANEXO IV DO CONTRATO Nº 054/2025 SUAPE - DISPOSIÇÕES ANTICORRUPÇÃO

1. A CONTRATADA declara, compromete-se e garante que cumpre e continuará cumprindo, durante a vigência do presente Contrato e, notadamente, no âmbito de sua execução, todas as leis e regulamentos aplicáveis às atividades relacionadas ao Contrato, incluindo o Decreto-Lei nº 2.848/1940, Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), Lei nº 8.987/1995 (Lei de Concessões), Lei nº 9.613/1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro), Lei nº 11.079/2004 (Lei de Parcerias Público Privadas), Lei nº 12.529/2011 (Lei de Defesa da Concorrência), Lei nº 12.813/2013 (Lei de Conflito de Interesses), Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), Lei nº 13.303/2016 (Estatuto das Empresas Estatais) e a Lei nº 16.309/2018 (Lei Estadual de Responsabilidade Administrativa e Cível de Pessoas Jurídicas).

2. Para fins de interpretação do contrato, os termos “Autoridade Governamental”, “Agente Público”, “Pessoa Politicamente Exposta” e “Vantagem Indevida” deverão ser interpretados conforme dispõe o “Glossário” da Política de Integridade, Gestão de Riscos e Controles Internos de Suape, bem como outros termos que porventura venham a surgir.

3. A CONTRATADA declara, compromete-se e assegura que: a) o cumprimento do item “1” acima abrangerá todas as condutas praticadas por si e por seus empregados, conselheiros, diretores, executivos, terceirizados, estagiários, prepostos, agentes, subcontratados, consultores, prestadores de serviço, procuradores ou qualquer outro representante agindo em nome, interesse ou benefício da CONTRATADA (“Representantes”), notadamente no âmbito da execução deste contrato; b) nenhum de seus representantes é Agente Público e a CONTRATADA, nem seus representantes, aproveitar-se-á(-ão) de relacionamento de qualquer natureza, incluindo pessoal, de negócios ou de associação, com qualquer Agente Público para influenciar a prática de atos ilícitos ou irregularidades que favoreçam a CONTRATANTE, a CONTRATADA, seus componentes e/ou terceiros; c) ela e seus representantes não fizeram, farão, instruíram ou instruirão a entrega, oferta ou promessa, em interesse ou benefício próprio ou de terceiros, direta ou indiretamente, de Vantagens Indevidas para Agentes Públicos ou a terceira pessoa a eles relacionada; d) manterá registros contábeis completos e atualizados sobre todas as atividades realizadas em decorrência deste contrato;

3.1 A CONTRATADA declara ser e continuar sendo titular da conta bancária informada para os pagamentos a serem feitos pela CONTRATANTE de acordo com este contrato, bem como para qualquer outro pagamento relacionado direta ou indiretamente à relação empresarial entre as Partes. A CONTRATADA declara e garante que respondeu fielmente e na melhor representação da verdade todos os itens do questionário de diligência, comprometendo-se a atualizar o referido questionário e informar, sempre que ocorrer algum fato que altere sua veracidade ou que importe modificação das declarações contidas nos itens “1” e “2” acima, bem como das respostas fornecidas no questionário supracitado, independentemente de qualquer solicitação ou mesmo quando expressamente solicitado pela CONTRATANTE, observado o prazo por ela fixado.

3.2 A CONTRATADA reconhece e aceita desde já que a CONTRATANTE poderá, nos termos do item “5” e subitens, rescindir todos os contratos firmados entre as Partes se: (a) for constatada qualquer inconsistência decorrente de fato superveniente ou não nas declarações contidas nos itens “1” e “2” acima ou das informações prestadas no questionário de diligência; ou (b) ante a ausência de atualização do referido questionário ou das declarações prestadas nos itens “1” e “2”, em caso de fato que altere a veracidade ou que importe modificação das respostas fornecidas em tais documentos.

4. A CONTRATADA declara que conhece o disposto no Código de Ética e Conduta, que integra o Programa de Integridade, Gestão de Riscos e Controles Internos de Suape, comprometendo-se a (i) observar e cumprir fielmente as regras do referido Código de Ética e Conduta na sua integralidade, no âmbito da execução do Contrato e durante toda sua vigência, bem como eventuais obrigações pré e pós-contratuais; e (ii) divulgar o Código de Ética e Conduta para seus representantes, notadamente aos que atuarão no âmbito deste Contrato, exigindo-lhes a observância e cumprimento de seu conteúdo na integralidade, quando da execução do Contrato e durante toda sua vigência.

5. A violação ou suspeita de violação, pela CONTRATADA ou por seus Representantes, das disposições contidas no Código de Ética e Conduta, bem como de qualquer termo do contrato conferirá à CONTRATANTE os direitos de (i) rescindir todos os contratos vigentes entre as Partes; e (ii) exigir as penalidades previstas no contrato e neste anexo, bem como eventual indenização por perdas e danos e eventuais ressarcimento de custos, inclusive honorários advocatícios, eventualmente suportados pela CONTRATANTE em razão de tal violação, suspeita de violação ou seus efeitos.

5.1 A CONTRATADA isentará e manterá a CONTRATANTE, total e efetivamente indene de quaisquer responsabilizações, reivindicações, custos, prejuízos, perdas ou danos, relacionados ou decorrentes da violação ou suspeita de violação às disposições contidas no Código de Conduta, no presente anexo e no contrato, sem prejuízo de eventual direito de regresso assegurado à CONTRATANTE.

5.2 A CONTRATADA, ao dar causa à rescisão contratual, não terá direito a qualquer indenização, reivindicação, ressarcimento de custos ou demanda em face da CONTRATANTE que sejam decorrentes ou relacionados à rescisão de tais instrumentos contratuais.

5.3 As Partes acordam que a CONTRATADA não representará a CONTRATANTE ou terá qualquer tipo de comunicação, interação ou interlocução com Autoridades Governamentais ou Agentes Públicos ou Pessoas Politicamente Expostas, exceto se expressamente previsto no escopo deste Contrato e nos exatos termos das orientações emanadas da CONTRATANTE.

6. A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer evento, investigação ou processo administrativo ou judicial que venha a ser instaurado relativamente a possível violação de qualquer das declarações e garantias dos itens “1” e “2”, bem como relacionados ao conteúdo contido no questionário

de diligência, devendo sempre agir para evitar que referidas violações ocorram e adotar medidas para mitigar danos que possam vir a acontecer decorrentes disso.

7. Caso a CONTRATANTE venha a tomar conhecimento de fatos ou indícios relevantes que teriam ocorrido, ou que estariam na iminência de ocorrer, que violem as disposições do presente anexo por parte da CONTRATADA e/ou por quaisquer de seus representantes, a CONTRATANTE poderá determinar, a seu exclusivo critério, a suspensão imediata dos pagamentos à CONTRATADA e da execução do objeto do Contrato, bem como a substituição imediata dos representantes envolvidos, sem prejuízo das demais disposições previstas neste anexo.

7.1 Para a avaliação dos fatos que guardem relação com a execução do presente Contrato e seus anexos, a CONTRATANTE poderá realizar investigações ou auditorias na CONTRATADA, diretamente ou por meio de terceiros indicados pela CONTRATANTE.

7.2 A CONTRATADA se compromete a cooperar com qualquer investigação ou auditoria que venha a ser realizada, disponibilizando todas as informações e documentos solicitados pela CONTRATANTE ou pelos terceiros por ela indicados, inclusive livros e registros contábeis, notas fiscais, contratos e documentos eletrônicos de qualquer natureza. Compromete-se, ainda, a colocar à disposição da CONTRATANTE, ou dos referidos terceiros, os seus representantes que, de acordo com o entendimento da CONTRATANTE ou de tais terceiros, possam colaborar na elucidação dos fatos que guardem relação com a execução do presente Contrato.

7.3 A CONTRATANTE poderá relatar violações às declarações e garantias previstas neste anexo, no questionário de diligência, bem como eventuais descumprimentos ou suspeitas de descumprimento às disposições previstas neste anexo e no Código de Ética e Conduta, podendo, ainda, analisar:

- (i) a efetividade das políticas internas, do Código de Conduta Ética e Conduta (ou documento equivalente) e dos demais documentos e instrumentos que conformem eventual Programa de Integridade da CONTRATADA;
- (ii) os registros contábeis da CONTRATADA, incluindo de suas subsidiárias, controladas e coligadas, se aplicável;
- (iii) todos os pagamentos e despesas realizados pelos representantes, relacionados à execução deste Contrato;
- e
- (iv) a utilização, pela CONTRATADA e/ou seus representantes, dos valores por ela recebidos em relação aos serviços prestados para a CONTRATANTE.

7.4 Caso alguma Autoridade Governamental venha a instaurar procedimento ou processo para investigar condutas que representem violação às declarações e garantias previstas neste anexo, no Código de Ética e Conduta e/ou neste Contrato, a CONTRATADA se compromete a cooperar com a CONTRATANTE, quando por esta solicitado, no âmbito de referida investigação, notadamente, mas a tanto não se limitando, por meio de disponibilização da documentação necessária e do auxílio dos representantes da CONTRATADA.

8. A CONTRATADA deverá manter registros, inclusive contábeis, descrevendo de maneira exata e em detalhe todas as atividades realizadas no âmbito deste Contrato, pagamentos feitos, custos e despesas para os quais a CONTRATADA tenha solicitado remuneração ou reembolso da CONTRATANTE durante o período de execução contratual e pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da data do término da vigência do Contrato. A CONTRATADA compromete-se a fornecer esses registros conforme prazo e formato indicados pela CONTRATANTE, sempre que houver solicitação nesse sentido.

Ipojuca - PE, na data de assinatura eletrônica.

WINDROSE SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA

EDSON JOSÉ GOMES DA FONSECA

Sócio Administrador

ANEXO V DO CONTRATO Nº 054/2025 SUAPE - DISPOSIÇÕES GERAIS DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

1. SUAPE e a CONTRATADA declaram que têm conhecimento da Lei nº 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), garantindo que, na eventualidade de tratarem dados pessoais em decorrência da execução deste Contrato, seguirão o disposto na LGPD, bem como disposto a seguir.

2. SUAPE e a CONTRATADA declaram-se cientes de que o tratamento de dados pessoais pela pessoa jurídica de direito público deverá ser realizado para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais previstas no Decreto nº 47.170/2019 (Estatuto de Suape).

3. Neste Contrato, declaram-se SUAPE e a CONTRATADA como agentes de tratamento de dados pessoais, cientes de que a comunicação ou o uso compartilhado de dados pessoais de pessoa jurídica de direito público a pessoa de direito privado será informado à autoridade nacional e dependerá de consentimento do titular do dado, salvo as exceções previstas no art. 27 da Lei nº 13.709/2018.

4. SUAPE e a CONTRATADA serão exclusivamente responsáveis pelo tratamento que tiverem feito dos dados

pessoais antes de compartilhá-los com a outra PARTE, inclusive no que diz respeito à sua coleta, com a obrigação de ter registrado os devidos consentimentos, quando for o caso, salvo o disposto no art. 42 da Lei nº 13.709/2018.

5. AS PARTES entendem que, de acordo com a LGPD, a hipótese legal que embasa o tratamento de dados pessoais neste Contrato é o uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observadas as disposições do Capítulo IV da Lei nº 13.709/2018.

6. Comprometem-se, SUAPE e a CONTRATADA, no que tange ao tratamento de dados pessoais:

- a) solicitar ao titular do dado o consentimento para utilização e tratamento, ressalvadas as hipóteses de dispensa do consentimento previstas na legislação;
- b) usá-los apenas para a finalidade legal prevista neste Contrato ou ainda na execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos, conforme previsto no art. 7º, III, da Lei nº 13.709/2018;
- c) usá-los para o cumprimento de obrigações perante órgãos reguladores, órgãos fiscalizadores, outras entidades públicas, inclusive para cumprimento e execução de obrigações legais, regulatórias, fiscalizatórias e contratuais e para a proteção e o exercício regular de direitos;
- d) usá-los com a finalidade de cumprimento de requisições, solicitações e decisões de autoridades judiciais, administrativas ou arbitrais;
- e) usá-los com o objetivo de atender a prazos e procedimentos para exercício dos direitos do titular perante o Poder Público, observando o disposto em legislação específica, em especial as disposições constantes na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação);
- f) cabendo sua utilização para tomada de medidas necessárias, para identificação, prevenção e investigação de possíveis infrações ou atos ilícitos, levando em consideração os custos e os meios possíveis, para efetivamente evitar a ocorrência de incidentes de privacidade;
- g) não os transferir para o exterior, exceto se obedecendo ao disposto no Capítulo V da Lei nº 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD);
- h) não modificar qualquer finalidade ou propósito para o qual foi autorizado o tratamento dos dados pessoais, a não ser na hipótese de comunicação de novo consentimento do titular do dado, respeitando o art. 9º, § 2º da Lei Geral de Proteção de Dados;
- i) utilizando-se ainda o compartilhamento de dados e informações de forma anonimizada, agrupada, através de cookies ou de outras informações ou formas que não possibilitem a identificação pessoal dos Titulares de Dados, para prevenir riscos, fraudes e garantir a segurança dos dados, conforme previsto da Política de Privacidade de Suape;
- j) eliminar os dados pessoais quando do término da finalidade que ensejaram seu tratamento, salvo nas hipóteses legais, incluindo, mas não limitado, àquelas do artigo 16 da Lei nº 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD);
- k) respeitar todos os direitos dos titulares dos dados; e
- l) admitir e se responsabilizar, integralmente, pelo comprovado descumprimento de qualquer condição legal ou contratual com relação a tratamento de dados, na medida do que tiver dado causa, sendo certo que, na hipótese de violação, poderá a Parte adimplente rescindir o presente instrumento por justa causa, além do dever da Parte inadimplente de reembolsar qualquer custo e prejuízo eventualmente incorrido pela Parte adimplente, inclusive por força de atuação de qualquer autoridade fiscalizadora ou agência governamental de proteção de dados, no Brasil, ressalvada a responsabilidade solidária pelos danos causados pelo tratamento quando do descumprimento de instruções lícitas do controlador, nos termos do art. 42, § 1º, I e II da Lei nº 13.709/18.

7. A CONTRATADA deverá comunicar à SUAPE, o mais breve possível, a ocorrência de qualquer incidente de segurança relacionado ao tratamento de dados pessoais objeto do presente contrato, sob pena das sanções impostas na Lei nº 13.709/18.

8. SUAPE e a CONTRATADA declaram, por fim, ciência quanto as condições gerais de privacidade e proteção de dados pessoais ora estabelecidas neste instrumento (doravante denominado simplesmente “ANEXO”) em conjunto com a Política de Tratamento de Dados Pessoais de Suape (disponível no link: <http://www.suape.pe.gov.br/pt/termos-de-uso-e-politica-de-privacidade>).

Ipojuca - PE, na data de assinatura eletrônica.

WINDROSE SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA

EDSON JOSÉ GOMES DA FONSECA

Sócio Administrador



Documento assinado eletronicamente por **João Vitor Nunes de Holanda**, em 20/05/2025, às 16:37, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joao Vitor Freitas de Paiva**, em 20/05/2025, às 16:40, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rinaldo Tolentino Tavares de Lira**, em 20/05/2025, às 16:58, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Carvalho Beltrão**, em 20/05/2025, às 17:46, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nilson Monteiro da Silva Filho**, em 20/05/2025, às 19:36, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edson José Gomes da Fonseca**, em 21/05/2025, às 09:12, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Armando de Queiroz Monteiro Bisneto**, em 21/05/2025, às 22:33, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **67279470** e o código CRC **B7D812EF**.

COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOVERNADOR ERALDO GUEIROS

Rodovia Indonésia, s/nº, - Bairro Distrito Industrial de Ipojuca - Suape, Ipojuca/PE - CEP 55598-000, Telefone:
(81) 3527-5000